

FERROVIA NORTE SUL S.A.
(Companhia Aberta)
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-37
NIRE21.300.009.540

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Ferrovia Norte Sul S.A. (“Companhia”) encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2021, às 12:00 (doze horas) (“Assembleia”), na sede social da Companhia, em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data (Anexo I à presente Proposta), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia (“Proposta”). O objetivo é esclarecer com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia com relação a tais deliberações.

REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia Geral munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ou ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitados o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 5112-2608 ou via e-mail ri@vli-logistica.com.br.

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis nos *websites* da Companhia (www.vli-logistica.com.br) da CVM (www.cvm.gov.br).

São Luis/MA, 31 de março de 2021.

A Administração

**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021

I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme item 10 do Formulário de Referência)

10.1 Comentários dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia pelo novo coronavírus, que tem gerado impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral desde o início de 2020. Por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, o Governo Federal estabeleceu que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral são um serviço essencial à comunidade. Assim, os serviços prestados pela Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS") se enquadram nessa categoria.

Desde Março de 2020, a FNS adotou diversas medidas relacionadas à COVID-19 e não parou as suas atividades. Apesar da queda da atividade industrial, com destaque para o 3T2020, a Companhia superou os desafios operacionais e comerciais e bateu recordes mensais históricos de volumes transportados.

Apesar do cenário macroeconômico com restrições, a safra recorde 19/20 foi uma boa notícia. Neste sentido, a FNS se mostrou preparada para atender os seus clientes e encerrou o ano atingindo um crescimento de EBITDA em 7,0% em relação ao ano anterior, alinhado ao aumento da sua receita líquida em 4,6% no mesmo período.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais

<i>(em milhões de R\$)</i>	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	491	715	784	914	957
Receita líquida	449	681	753	876	917
EBITDA	276	384	428	488	522
Resultado do exercício	162	249	271	292	294
Volume ferrovia (milhões de TKU)	4.625	7.395	8.003	9.293	9.642
Margem EBITDA	61,47%	56,39%	56,84%	55,71%	56,97%
Margem lucro	36,08%	36,56%	35,99%	33,33%	32,12%

Em 2020, a FNS investiu o valor total de R\$ 216 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a conclusão do Bloco C - Casa de rodas de Imperatriz, TC Ibama - conclusão das obras dos seis pontos FNS previstos para o ano de 2020 e início do projeto de antecipação de trilhos corredor Norte em outubro de 2020, com término projetado para início de 2022.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2,574 bilhões, enquanto sua posição de caixa era de R\$ 578,2 milhões. Comparativamente, em 2019 e 2018, o patrimônio líquido e a posição de caixa eram, respectivamente, R\$ 2,334 bilhões e R\$ 2,422 bilhões e R\$ 286,5 milhões e R\$ 59,8 milhões

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita que todos os compromissos financeiros,

se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas;

A Companhia utiliza recursos próprios gerados pela operação do negócio para atender as necessidades de capital de giro e realizar investimentos em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de contratação de financiamento de terceiros (instituições financeiras) para garantir a realização das operações ferroviárias planejadas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos a Companhia poderá solicitar o aporte de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a companhia não possuía empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía qualquer financiamento contratado junto a instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	578.247	13,43	286.510	9,04	101,82
Contas a receber	17.197	0,40	28.045	0,89	(38,68)
Derivativos	-	-	32	0,00	(100,00)
Estoques	61.083	1,42	48.558	1,53	25,79
Tributos a recuperar	12.529	0,29	58.949	1,86	(78,75)
Despesas pagas antecipadamente	2.224	0,05	214	0,01	939,25
Demais ativos	4.660	0,11	7.913	0,25	(41,11)
Total do ativo circulante	675.940	15,70	430.221	13,58	57,11
Não circulante					
Contas a receber	372.627	8,65	327.188	10,33	13,89
Depósitos judiciais	695	0,02	367	0,01	89,37
Tributos a recuperar	79.162	1,84	43.085	1,36	83,73
Demais ativos	9	0,00	13	0,00	(30,77)
Tributos diferidos sobre o lucro	3.635	0,08	4.694	0,15	(22,56)
Sinistro a recuperar	2.180	0,05	289	0,01	654,33
Imobilizado	1.402.180	32,57	595.462	18,80	135,48
Intangível	1.769.246	41,09	1.766.776	55,77	0,14
Total do ativo não circulante	3.629.734	84,30	2.737.874	86,42	32,57
Total do ativo	4.305.674	100,00	3.168.095	100,00	35,91
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	648.225	15,06	68.898	2,17	840,85
Contas a pagar	33.393	0,78	25.069	0,79	33,20
Derivativos	2.909	0,07	-	-	n/a
Tributos a recolher	2.341	0,05	2.801	0,09	(16,42)
Tributos a recolher sobre o lucro	14.502	0,34	3.440	0,11	321,57
Obrigações sociais e trabalhistas	13.789	0,32	17.474	0,55	(21,09)
Arrendamentos e subconcessão	46.643	1,08	26.717	0,84	74,58
Dividendos a pagar	54.457	1,26	380.000	11,99	(85,67)
Antecipações de clientes	19	0,00	31	0,00	(38,71)
Receitas diferidas	48	0,00	48	0,00	-
Demais passivos	558	0,01	11	0,00	4.972,73
Total do passivo circulante	816.884	18,97	524.489	16,56	55,75
Não circulante					
Fornecedores	254.234	5,90	-	-	n/a
Provisão para processos judiciais	254	0,01	78	0,00	225,64
Arrendamentos e subconcessão	334.523	7,77	308.928	9,75	8,29
Dividendos a pagar	325.236	7,55	-	-	n/a
Benefícios a empregados	130	0,00	52	0,00	150,00
Receitas diferidas	79	0,00	124	0,00	(36,29)
Total do passivo não circulante	914.456	21,24	309.182	9,76	195,77
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	43,18	1.859.134	58,68	-
Reservas de lucros	715.200	16,61	475.290	15,00	50,48
Total do patrimônio líquido	2.574.334	59,79	2.334.424	73,69	10,28
Total do passivo e patrimônio líquido	4.305.674	100,00	3.168.095	100,00	35,91

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 286,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 578,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente 101,82%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 355,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 389,8 milhões em 2020, representando um incremento de aproximadamente de 9,74%%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 102,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 91,7 milhões em 2020, representando uma redução de 10,10%. A redução reside especialmente na redução dos créditos de PIS e COFINS e no montante de R\$ 30,5 milhões, bem como no incremento dos créditos de ICMS, no montante de R\$ 28,7 milhões.

Imobilizado

O valor do imobilizado passou de R\$ 595,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.402,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 135,48%. Esse incremento reside especialmente na aquisição de material rodante entre partes relacionadas e no montante de R\$ 726,3 milhões, além de outras aquisições e depreciação materializada no exercício no montante de R\$ 163,2 milhões. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 806,7 milhões nos saldos.

	Terrenos	edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965	
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	4.947	892	-	-	-	5.839	
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	27.670	-	-	-	27.670	
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.287)	(128)	-	-	-	(3.415)	
Adições	-	-	-	-	922.568	-	922.568	
Baixas	-	(2.063)	(3.936)	(435)	-	-	(6.434)	
Transferências	(29.196)	56.646	755.035	10.765	(883.434)	(1.641)	(91.825)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.506	376.986	1.008.011	41.689	124.176	-	1.565.368	
Valor de depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	(115.503)	
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.474)	(18.666)	-	-	-	(22.140)	
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	589	(471)	-	-	-	118	
Adições	(2.150)	(13.991)	(10.869)	(2.821)	-	(56)	(29.887)	
Baixas	-	1.238	2.953	33	-	-	4.224	
Transferências	6.901	(7.078)	-	-	-	177	(0)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.194)	(59.290)	(87.219)	(13.486)	-	1	(163.188)	
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	35.757	284.169	168.312	20.661	85.042	1.521	595.462	
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.312	317.696	920.792	28.203	124.176	1	1.402.180	

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,766 bilhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1,769 bilhão em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 0,14%, representado substancialmente por aquisições no montante de R\$ 19,6 milhões, transferências de imobilizado no montante de R\$ 91,9 milhões, compensados pelas amortizações no exercício no montante de R\$ 108,9 milhões.

	Direitos de subconcessão	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Adição	-	-	-	19.565	19.565
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Transferências	-	-	40.139	51.687	91.826
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.776.431	263	750.369	98.979	2.626.042
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Adições	(64.127)	(48)	(44.742)	-	(108.917)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(691.609)	(199)	(164.988)	-	(856.796)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	1.148.949	112	589.988	27.727	1.766.776
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.084.822	64	585.381	98.979	1.769.246

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores passou de R\$ 68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 672,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis e o incremento se deu pela aquisição de material rodante entre partes relacionadas e no montante de R\$ 726,3 milhões.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 245.616 (2019 - R\$ 197.626).

Em 8 de março de 2013, a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou o ano de 2020 com o capital social de R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2020 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 61,8 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 78,9 milhões em comparação aos R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>		
		AV%		AV%	AH%
Receita líquida dos serviços prestados	916.586	100,00	876.080	100,00	4,62
Custo dos serviços prestados	<u>(517.074)</u>	(56,41)	<u>(503.514)</u>	(57,47)	2,69
Lucro bruto	<u>399.512</u>	43,59	<u>372.566</u>	42,53	7,23
Receitas (despesas) operacionais	<u>(35.765)</u>	(3,90)	<u>(20.380)</u>	(2,33)	75,49
Gerais e administrativas	(31.490)	(3,44)	(28.605)	(3,27)	10,09
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.358)	(0,48)	7.976	0,91	(154,64)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	<u>83</u>	0,01	<u>249</u>	0,03	(66,67)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>363.747</u>	39,68	<u>352.186</u>	40,20	3,28
Resultado financeiro	<u>(6.148)</u>	(0,67)	<u>(3.139)</u>	(0,36)	95,86
Despesas financeiras	12.498	1,36	(15.047)	(1,72)	(183,06)
Receitas financeiras	(19.385)	(2,11)	11.875	1,36	(263,24)
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	<u>739</u>	0,08	<u>33</u>	0,00	2.139,39
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>357.599</u>	39,01	<u>349.047</u>	39,84	2,45
Imposto de renda e contribuição social	<u>(63.233)</u>	(6,90)	<u>(56.948)</u>	(6,50)	11,04
Tributos correntes	(124.006)	(13,53)	(115.312)	(13,16)	7,54
Tributos diferidos	(1.059)	(0,12)	(76)	(0,01)	1.293,42
Incentivos fiscais	<u>61.832</u>	6,75	<u>58.440</u>	6,67	5,80

Lucro líquido do exercício (i)	<u>294.366</u>	32,12	<u>292.099</u>	33,34	0,78
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	0,16		0,16		

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 916,6 milhões ante R\$ 876,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 517,1 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 503,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 2,69%. Destaca-se incremento da depreciação e amortização, bem como partilha de frete.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 31,5 milhões e de R\$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 10,14%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2020 atingiram R\$ 4,4 milhões negativos ante a R\$ 8,0 milhões positivos em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 154,64%. Esta redução é justificada especialmente pela baixa de recebíveis no montante de R\$ 11,4 milhões apuradas em 2020.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,1 milhões negativos ante a R\$ 3,1 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 95,86%. Este incremento é justificado principalmente pelos encargos financeiros sobre aplicações financeiras, que sofreram aumento de R\$ 1,6 milhões e encargos em atraso, que sofreu incremento de R\$ 1,7 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 124,0 milhões ante a R\$ 115,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 7,54%. Os acréscimos de tributos em 2020 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2020.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 294,4 milhões, comparado ao lucro de R\$ 292,0 milhões em 2019.

C) Análise do Fluxo de Caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	294.366	292.099
Ajustes de		
Depreciação e amortização	158.395	135.977
Provisão para desvalorização de estoques	118	-
Perdas de recebíveis	11.440	9
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	75	(275)
Marcação a mercado de derivativos	2.909	(32)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(739)	(33)
Ajuste a valor presente	1.064	-
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado	1.942	2.012
Despesas com benefícios a empregados	77	395
Receitas diferidas	(48)	(48)
Tributos correntes	14.502	3.440
Tributos diferidos sobre o lucro	1.059	76
Despesas financeiras – arrendamentos	10.330	13.047
	<u>495.490</u>	<u>446.667</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	885	18.134
Derivativos	33	-
Estoques	(12.643)	(30.013)
Tributos a recuperar	15.062	(30.731)
Tributos antecipados sobre o lucro	-	59.514
Despesas pagas antecipadamente	(2.010)	(164)
Depósitos judiciais	(319)	(154)
Demais ativos	634	(2.792)
Fornecedores	108.592	13.650
Contas a pagar	7.260	11.021
Tributos a recolher	(460)	(680)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.685)	5.815
Receitas diferidas	48	-
Benefícios a empregados	1	(1.593)
Antecipação de clientes	(12)	(9)
Demais passivos	440	1
	<u>609.316</u>	<u>488.666</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>609.316</u>	<u>488.666</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.632)	(61.981)
	<u>605.684</u>	<u>426.685</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>605.684</u>	<u>426.685</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	272	109
Aquisição de imobilizado e intangível	(215.753)	(118.649)
	<u>(215.481)</u>	<u>(118.540)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(215.481)</u>	<u>(118.540)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(43.702)	(30.601)
Dividendos pagos	(54.764)	(50.838)
	<u>(98.466)</u>	<u>(81.439)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(98.466)</u>	<u>(81.439)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>291.737</u>	<u>226.706</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	286.510	59.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	578.247	286.510

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 291,7 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	286.510	9,04	59.804	2,17	379,08
Contas a receber	28.045	0,89	60.521	2,20	(53,66)
Derivativos	32	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	48.558	1,53	18.545	0,67	161,84
Tributos a recuperar	58.949	1,86	36.227	1,32	62,72
Despesas pagas antecipadamente	214	0,01	50	0,00	328,00
Demais ativos	7.913	0,25	5.378	0,20	47,14
Total do ativo circulante	430.221	13,58	180.525	6,56	138,32
Não circulante					
Contas a receber	327.188	10,33	300.875	10,94	8,75
Depósitos judiciais	367	0,01	197	0,01	86,29
Tributos a recuperar	43.085	1,36	34.788	1,26	23,85
Demais ativos	13	0,00	9	0,00	44,44
Tributos diferidos sobre o lucro	4.694	0,15	4.541	0,17	3,37
Sinistro a recuperar	289	0,01	-	0,00	n/a
Imobilizado	595.462	18,80	428.761	15,59	38,88
Intangível	1.766.776	55,77	1.800.926	65,47	(1,90)
Total do ativo não circulante	2.737.874	86,42	2.570.097	93,44	6,53
Total do ativo	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	68.898	2,17	55.422	2,01	24,32
Contas a pagar	25.069	0,79	14.048	0,51	78,45
Tributos a recolher	2.801	0,09	3.411	0,12	(17,88)
Tributos a recolher sobre o lucro	3.440	0,11	5.775	0,21	(40,43)
Obrigações sociais e trabalhistas	17.474	0,55	11.659	0,42	49,88
Arrendamentos e subconcessão	26.717	0,84	-	0,00	n/a
Dividendos a pagar	380.000	11,99	50.838	1,85	647,47
Antecipações de clientes	31	0,00	40	0,00	(22,50)
Demais passivos	59	0,00	58	0,00	1,72
Total do passivo circulante	524.489	16,56	141.251	5,14	271,32
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	78	0,00	73	0,00	6,85
Arrendamentos e subconcessão	308.928	9,75	185.548	6,75	66,49
Benefícios a empregados	52	0,00	1.250	0,05	(95,84)
Receitas diferidas	124	0,00	175	0,01	(29,14)
Total do passivo não circulante	309.182	9,76	187.046	6,80	65,30
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	58,68	1.859.134	67,59	0,00
Reservas de lucros	475.290	15,00	563.191	20,48	(15,61)
Total do patrimônio líquido	2.334.424	73,69	2.422.325	88,06	(3,63)
Total do ativo	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18

Total do passivo e patrimônio líquido		
---------------------------------------	--	--

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 286,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 79,12%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 361,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 355,2 milhões em 2019, representando uma redução de aproximadamente de 1,71%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 71,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 102,0 milhões em 2019, representando um aumento de 30,4%. O incremento reside especialmente no aumento de R\$ 22,8 milhões nos créditos de PIS e COFINS.

O valor do imobilizado passou de R\$ 428,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 595,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 27,98%. Esse incremento reside na construção de oficinas, postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios no corredor Centro-Norte no montante de R\$115,9 milhões bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 154,5 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 666 milhões), amortizações (R\$ 21,208 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 166,7 milhões nos saldos.

	Terreno e edifícios benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	51.052	100.236	139.003	30.081	182.623	1.645	504.640
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 2(d))	-	64.364	90.164	-	-	-	154.528
Correções monetárias IFRS 16	-	-	666	-	-	-	666
Adições	-	-	-	-	115.967	-	115.967
Baixas	-	-	(1.613)	-	(1.004)	-	(2.617)
Transferências	(7.350)	156.143	258	1.278	(212.544)	(4)	(62.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(5.796)	(25.822)	(35.138)	(9.069)	-	(54)	(75.879)
Adições IFRS 16	-	(3.790)	(17.918)	-	-	-	(21.708)
Adições	(2.149)	(6.962)	(7.628)	(1.629)	-	(66)	(18.434)
Baixas	-	-	518	-	-	-	518
							(115.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	3
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	45.256	74.414	103.865	21.012	182.623	1.591	428.761
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	35.757	284.169	168.312	20.661	85.042	1.521	595.462

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,801 bilhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1,766 bilhão em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 1,94%. Esta redução reside substancialmente na transferência ativos para o imobilizado, conforme citado no item anterior e no montante de R\$ 62,2 milhões, adições de ativos no montante de R\$ 2,6 milhões e amortização apurada no exercício de 2019 no montante de (R\$ 99,0 milhões).

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.776.431	253	656.456	16.644	2.449.784
Adição	-	-	-	2.682	2.682
Baixas	-	-	(30)	-	(30)
Transferências	-	10	53.809	8.401	62.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(563.355)	(100)	(85.403)	-	(648.858)
Adições	(64.127)	(51)	(34.852)	-	(99.030)
Baixas	-	-	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	1.213.076	153	571.053	16.644	1.800.926
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.148.949	112	589.988	27.727	1.766.776

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores passou de R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Tributos a recolher

A conta de obrigações fiscais passou de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 17,65%.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 197.626 (2018 - R\$ 185.548).

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou o ano de 2019 com o capital social de R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2019 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 58,4 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 64,2 milhões em comparação aos R\$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida dos serviços prestados	876.080	100,00	752.980	100,00	16,35
Custo dos serviços prestados	<u>(503.514)</u>	(57,47)	<u>(430.845)</u>	(57,22)	16,87
Lucro bruto	<u>372.566</u>	42,53	<u>322.135</u>	42,78	15,66
Receitas (despesas) operacionais	<u>(20.380)</u>	(2,33)	<u>(7.677)</u>	(1,02)	165,47
Gerais e administrativas	(28.605)	(3,27)	(26.024)	(3,46)	9,92
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.976	0,91	17.555	2,33	(54,57)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	<u>249</u>	0,03	<u>792</u>	0,11	(68,56)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>352.186</u>	40,20	<u>314.458</u>	41,76	12,00
Resultado financeiro	<u>(3.139)</u>	(0,36)	<u>4.930</u>	0,65	(163,67)
Despesas financeiras	(15.047)	(1,72)	(4.726)	(0,63)	218,39
Receitas financeiras	11.875	1,36	8.111	1,08	46,41
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	<u>33</u>	0,00	<u>1.545</u>	0,21	(97,86)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>349.047</u>	39,84	<u>319.388</u>	42,42	9,29

Imposto de renda e contribuição social	<u>(56.948)</u>	(6,50)	<u>(48.168)</u>	(6,40)	18,23
Tributos correntes	(115.312)	(13,16)	(105.648)	(14,03)	9,15
Tributos diferidos	(76)	(0,01)	93	0,01	(181,72)
Incentivos fiscais	<u>58.440</u>	6,67	<u>57.387</u>	7,62	1,83
Lucro líquido do exercício (i)	<u>292.099</u>	33,34	<u>271.220</u>	36,02	7,70
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	0,16		0,15		

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 876,0 milhões ante R\$ 752,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 503,5 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 430,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 14,43%. Destaca-se incremento dos combustíveis, serviços contratados de manutenção, depreciação e amortização e aluguéis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 28,6 milhões e de R\$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 9,09%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2019 atingiram R\$ 8,0 milhões positivos ante a R\$ 17,6 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 54,5%. Esta redução é justificada pela redução de receitas com recuperação de despesas ante a 2018 no montante de R\$ 6 milhões.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3,1 milhões negativos ante a R\$ 4,9 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. Esta redução é justificada principalmente pelos efeitos de adoção ao normativo IFRS 16, que trouxeram R\$ 13,0 milhões de despesas no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 115,3 milhões ante a R\$ 105,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 8,4%. Os acréscimos de tributos em 2019 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2019.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 292,0 milhões, comparado ao lucro de R\$ 271,2 milhões em 2018.

C) Análise do Fluxo de Caixa

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	271.220	292.099
Ajustes de		
Depreciação e amortização	113.712	135.977
Perdas de recebíveis	-	9
Baixas para perda	4.670	-
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(722)	(275)
Derivativos	-	(32)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(1.545)	(33)
(Ganho) perda na alienação de ativo intangível, líquidas	3	2.012
Ajuste a valor presente	1.448	-
Despesas com benefícios a empregados	(2.645)	395
Receitas diferidas	(16)	(48)
Tributos diferidos sobre o lucro	(93)	(152)
Despesas financeiras – arrendamentos	-	13.047
	386.032	442.999
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(11.341)	18.134
Derivativos	444	-
Estoques	(8.365)	(30.013)
Tributos a recuperar	(44.983)	(27.194)
Tributos antecipados sobre o lucro	53.689	59.514
Despesas pagas antecipadamente	323	(164)
Depósitos judiciais	(112)	(154)
Demais ativos	2.179	(2.792)
Fornecedores	(14.612)	13.650
Contas a pagar	(71.342)	11.021
Tributos a recolher	(784)	(680)
Tributos a recolher sobre o lucro	2.804	131
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.809)	5.815
Receitas diferidas	175	-
Benefícios a empregados	-	(1.593)
Antecipação de clientes	(3)	(9)
Demais passivos	(145)	1
Caixa gerado pelas operações	291.150	488.666
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.792)	(61.981)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	245.358	426.685
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	1.366	109
Aquisição de imobilizado e intangível	(181.474)	(118.649)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(180.108)	(118.540)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	-	(30.601)
Dividendos pagos	(96.096)	(50.838)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(96.096)	(81.439)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(30.846)	226.706
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.650	59.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.804	286.510

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 226,7 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 10.2 Comentários adicionais dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, que afetou de forma direta a toda população. Medidas de segurança foram tomadas e a FNS superou novamente os desafios operacionais e comerciais. Para os grãos a safra ocorreu conforme o planejado. Devido as medidas de restrição e isolamento social o consumo de combustíveis teve sua demanda reduzida, principalmente para gasolina e etanol. Na celulose a notícia é positiva com aumento das exportações, devido a mudança nos hábitos de higiene (aumento do consumo de papel tipo tissue) provocado pela pandemia.

A receita bruta passou de R\$ 914 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 957 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de aproximadamente 4,7%. Referido aumento é decorrente de receita de transporte ferroviário.

Desempenho Operacional

Em 2020, o volume transportado foi de 9,6 bilhões de TKU, 3,8 % a mais que o realizado em 2019. A FNS atravessa as regiões Norte e Nordeste do Brasil e estas regiões têm crescido acima da média nacional nos últimos anos, impulsionados pela Agroindústria, associado a isso, o aumento da exportação de celulose.

Os produtos transportados pela companhia são agrupados em dois segmentos chaves: Grãos e Açúcar e Industrializados.

Grãos e Açúcar.

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja e milho. O segmento finalizou o ano de 2020 com 7,8 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2020 de R\$ 655 milhões.

Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira e produtos florestais (celulose e madeira). O segmento finalizou o ano de 2020 com 1,8 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2020 de R\$ 243 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

10.3 Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Desde sua constituição, a Companhia se dedica ao segmento operacional de transporte ferroviário de carga, compreendendo a operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de Contrato de Subconcessão como arrendamento.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não realizamos qualquer aquisição ou alienação de participação societária nos últimos três exercícios sociais.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Mudanças nas práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)” - Revisão 16/2020 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O documento estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

O arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46(b), é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas aos Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as seguintes condições forem satisfeitas:

(a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e

(c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Se o arrendatário aplicar o expediente prático, deve divulgar:

(a) que aplicou o expediente prático a todos os Benefícios Concedidos em Contratos de Arrendamento, ou, se não aplicou a todos os benefícios, informações sobre a natureza dos contratos para os quais aplicou o expediente prático; e

(b) o montante reconhecido no resultado do período que refletir as mudanças nos pagamentos ocasionadas pelos benefícios concedidos com relação aos contratos de arrendamento para os quais foi aplicado o expediente prático.

Transição

A Companhia possui contratos de arrendamento de vagões e locomotivas com terceiros que tiveram seus fluxos de pagamento reestruturados, mediante carência das parcelas previstas de pagamento no 2º semestre de 2020 e pagamento reestruturado até o final de cada contrato.

A Companhia optou por aderir ao expediente prático e os efeitos nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 somam R\$ 1.613, tendo sido registrados como custos, seguindo a contabilização de pagamentos variáveis exigidas pelo expediente prático.

(ii) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de *hedge* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.

A Companhia não possui contratos com tais exposições e logo, não possui impactos com a norma.

(iii) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez em 2020. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASB adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(iv) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(v) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial do saldo de fornecedores registrado em 31 de dezembro de 2020 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

10.5 Políticas contábeis críticas

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iii) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

(i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

(ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

(i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

(ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10.8 - Plano de Negócio

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020, a FNS investiu o valor total de R\$ 216 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a conclusão do Bloco C - Casa de rodas de Imperatriz, TC Ibama - conclusão das obras dos seis pontos FNS previstos para o ano de 2020, aquisição de vagões, renovação da via permanente e início do projeto de antecipação de trilhos no Corredor Norte em outubro de 2020, com término projetado para início de 2022.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste formulário de referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar

materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A FNS divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020 foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ante R\$ 1.902 milhões investidos em 2019.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2020, foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

10.9 Outros fatores com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2020, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

(II) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme item 13 do Formulário de Referência)

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A Companhia não prevê nenhum impacto no resultado do exercício social corrente em razão da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, uma vez que todos os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A.

Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais em Reais			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5,00	5,00	10,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	0,00
Remuneração Fixa	0,00	0,00	0,00
Salário ou Pró-labore	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Fixos	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Fixos	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Variáveis	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Variáveis	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00
Benefícios Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Total da Remuneração	0,00	0,00	0,00

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais em Reais			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5,83	5,33	11,17
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	0,00
Remuneração Fixa	0,00	0,00	0,00
Salário ou Pró-labore	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Fixos	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Fixos	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Variáveis	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Variáveis	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00
Benefícios Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Total da Remuneração	0,00	0,00	0,00

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais em Reais			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5,58	5,00	10,58
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	0,00
Remuneração Fixa	0,00	0,00	0,00
Salário ou Pró-labore	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Fixos	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Fixos	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal

Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Variáveis	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Variáveis	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00
Benefícios Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Total da Remuneração	0,00	0,00	0,00

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais em Reais			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5,00	5,00	10,00
Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	0,00
Remuneração Fixa	0,00	0,00	0,00
Salário ou Pró-labore	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Fixos	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Fixos	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Variáveis	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Variáveis	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00
Benefícios Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Descrição Outros Valores Incentivo de Longo Prazo	INSS Patronal	INSS Patronal	INSS Patronal
Total da Remuneração	0,00	0,00	0,00

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.
Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.
Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.7. opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.11. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: número de membros, número de membros remunerados, maior e menor remuneração individual e valor médio.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em razão da função que ocupam na Companhia, que tenha sido reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Entretanto, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, portanto, nos 3 (três) últimos exercícios sociais as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes conforme apresentado na tabela consolidada abaixo:

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2020			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	16.779.715,25	18.144.685,83	34.924.401,08
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	16.779.715,25	18.144.685,83	34.924.401,08

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2019			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	10.053.609,89	9.810.573,50	19.864.183,39
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	10.053.609,89	9.810.573,50	19.864.183,39

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2018			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos ⁽¹⁾	22.856.378,03	17.646.515,57	40.502.893,61
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	22.856.378,03	17.646.515,57	40.502.893,61

13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração do exercício anterior foi retificada em virtude da inclusão dos resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo que foram efetuados após o envio do Formulário de Referência. Além disso, foram revisados os critérios utilizados anteriormente onde, conforme prática de mercado, foram incluídos os encargos sociais referentes à remuneração total.

FERROVIA NORTE SUL S.A.
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-37
NIRE 21.300.009.540
(Companhia Aberta)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 ABRIL DE 2021

Ficam os Senhores acionistas da Ferrovia Norte Sul S.A., com sede, em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Predio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.257.877/0001-37 (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), que se realizará no próximo dia 30 (trinta) de abril de 2021, às 12:00 h (doze horas), na sede social da Companhia, a fim de deliberarem sobre:

- (i) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e
- (ii) Proposta para a destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020;
- (i) A fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2021.

Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia.

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

São Luis/MA, 31 de março de 2021

Ernesto Peres Pousada Júnior

Presidente do Conselho de Administração